



# **A** CTAS DA VI REUNIÃO INTERNACIONAL DE CAMONISTAS

Seabra Pereira  
Manuel Ferro  
Coordenação

## SÁ DE MIRANDA E O VELHO DO RESTELO

Francisco de Sá de Miranda (1487-1558) tem sido apresentado por alguns críticos como o exemplo acabado do poeta antiépico. Ora ninguém poderá duvidar, lendo a poesia mirandina, de que o seu autor foi um grande português e um sincero patriota. Não terá sido, mesmo, porque entranhadamente amava o seu País que denunciou, em cartas endereçadas a vários amigos e ao próprio Rei, a corrupção e a decadência, as prepotências e as injustiças na sociedade portuguesa do século XVI?

Luís de Camões, (c.1524-1580) por seu lado, é o poeta de *Os Lusíadas* que, segundo o juízo conhecido e nem sempre compreendido de Friedrich Schlegel, vale de per si toda uma literatura. No seu poema exalta o heroísmo dos argonautas comandados por Vasco da Gama, assim como elogia os reis e cidadãos que forjaram a comunidade nacional. Mas essa exaltação tem como objecto empreendimentos já realizados, cometimentos que pertencem à história da Pátria. Ora, nem por ser nacional, este encómio poético é menos universal. Não obstante, há, em *Os Lusíadas*, críticas duras à apagada e vil tristeza de que era testemunha. Dir-se-ia que verbera a mediocridade do presente com a mesma força com que exalta as glórias do passado.

2. Nos cantos III e IV de *Os Lusíadas*, pelas palavras atribuídas a Vasco da Gama, celebra Camões as gestas dos reis da primeira e da segunda dinastias até D. Manuel, parecendo ter-se inspirado nos versos de arte maior que canhestamente João de Barros compusera na última parte do *Crónica do Emperador Clarimundo*, “donde – segundo o autor – os Reis de Portugal descendem”. No sonho de D. Manuel, todo o Oriente é representado pelas duas figuras do Indo e do Ganges que o exortam, pela palavra do segundo, a enviar solicitamente para a Índia os seus homens “a receber [deles] tributos grandes”. Desperto, o Rei convoca o seu conselho e convida Vasco da Gama a aceitar a responsabilidade do comando da armada. Parafraseando à sua maneira a palavra evangélica “*Spiritus quidem proutus est, caro autem infirma*”, Vasco da Gama proclama com altivez: “Por vós, ó Rei, o espírito e carne é pronta”. Toma como companheiros de “valia e conselho” a Nicolau Coelho e a seu irmão Paulo da Gama e tudo se apresta para a navegação aventureira.

Pedro Nunes, num passo frequentemente citado do *Tratado da Esfera* de 1537 diz que os Portugueses não navegavam ao acaso, mas com instrumentos náuticos que tornavam a sua derrota um verdadeiro acto de experiência e de ciência. O Poeta não podia, pelas

próprias exigências do seu *épos*, fazer descer a sublimidade da arte à *secura* prosaica do concreto, ainda que, com o seu génio, talvez lhe não tivesse sido difícil transfigurar em poesia o seu conhecimento experiencial. Como quer que seja, porventura para engrandecer a decisão dos argonautas e a sua disposição de sacrificar a própria vida no serviço de uma grande empresa, Camões sublinha os riscos da viagem, os perigos incógnitos do “tão longo caminho e duvidoso”<sup>1</sup>, refere-se à fé religiosa dos mareantes e às suas preces no “santo templo” que “nas praias do mar está assentado”<sup>2</sup>, debuxa levemente o encaminhar-se processional para os barcos com “a virtuosa companhia / De mil religiosos diligentes”<sup>3</sup> e relata, logo a seguir, as cenas patéticas dos que ficavam, convencidos de que era aquela uma despedida para sempre. Os montes circundantes, respondendo às palavras de amor das mães, esposas, velhos e meninos, “Quási eram movidos de alta piedade”: “A branca areia as lágrimas banhavam / Que em multidão com elas se igualavam”<sup>4</sup>. É uma cena comovedora em que um frémito de dor e de protesto colectivos perpassa através dos grupos de homens e mulheres cujos sentimentos contrastam de algum modo com “o propósito firme começado”<sup>5</sup> dos marinheiros que se estão preparando para desafiar o *mysterium maris*, movidos por um heroísmo que o épico, neste passo, não pode elogiar. A exaltação tem por objecto não os feitos que já foram e serão depois celebrados num outro contexto – que é o da própria natureza específica da epopeia – mas o sofrimento das mães e das esposas, dos velhos e dos filhinhos, assim como a discordância daqueles que viam neste empreendimento um acto de loucura que, à luz da experiência, só poderia e deveria saldar-se em trágicos naufrágios. Todos os críticos aceitam que Camões se inspirou, para este passo, num relato histórico de João de Barros que D. Jerónimo Osório, cuja obra não pode ter influenciado Camões, retomou na descrição exemplar composta em latim ciceroniano do *De rebus Emanuelis gestis*.<sup>6</sup>

Inserese agora na arquitetura estrutural do poema o episódio chamado do “Velho do Restelo”. Melhor do que “insere-se”, eu deveria ter escrito “segue-se”, porque, embora com um carácter de contraponto poético no arcabouço arquitectónico, situa-se de verdade e naturalmente na contextualidade epopeica, não sei se com a definição específica de “*vox rationis*” quais os coros da poesia trágica greco-latina – como defenderam Stork, Epifânio da Silva Dias, Afrânio Peixoto e Rebelo Gonçalves, principalmente este último<sup>7</sup> –, mas decerto como informação acerca das opiniões discordantes que corriam no Reino e sobretudo como recurso retórico para mais valorizar, a contrário, a grandeza dos argonautas. Da multidão das mães e das esposas, dos homens e dos

---

<sup>1</sup> *Os Lusíadas*, IV, 89, 1.

<sup>2</sup> *Os Lusíadas*, IV, 87, 1-2.

<sup>3</sup> *Os Lusíadas*, IV, 88, 5-6.

<sup>4</sup> *Os Lusíadas*, IV, 92, 7-8.

<sup>5</sup> *Os Lusíadas*, IV, 93, 4.

<sup>6</sup> D. Jerónimo Osório, *De rebus Emmanuelis regis Lusitaniae inuictissimi virtute et auspicio gestis*, Lisboa, António Gonçalves, 1571 (no Privilégio, *in fine*, 1572), *editio princeps* no exemplar da Biblioteca de Estudos Humanísticos de Lisboa.

<sup>7</sup> GONÇALVES, Rebelo. *Dissertações Camonianas*, S. Paulo/Rio de Janeiro/Recife: Companhia Editorial Nacional, 1837. p. 99-177.

meninos, ergue-se “a voz pesada” de um “velho d’aspeito venerando”<sup>8</sup>, voz que sobreleva o rumor e se dirige célere para os nautas que sobre as ondas a ouvem claramente, como se se tratasse de um milagre, porque uma voz de velho não pode ser pesada nem pode sobre as ondas fazer-se ouvir. É a voz sábia, de uma sabedoria feita de experiência, nascida – apesar do saber – não do intelecto, mas de um “peito experto”. Concentra-se nela a lição milenária de uma sapiência que é igualmente sentimento, intuição e previsão, se não quisermos falar de anúncio profético. Quem é este Velho?

3. Manuel Correia, um dos primeiros comentadores de *Os Lusíadas*, esclarece na sua edição de 1613: “Finge aqui o Poeta como hum velho honrado e de autoridade, vendo as nossos apostados a hũa empresa de tanto perigo e dúvida, soltou algũas palavras que o Poeta vai recontando. A verdade hé que a gente da armada, que serão até cento a setenta pessoas sairão da ermida de Nossa Senhora de Belem, acompanhados dos freires que alli estauão, e muita gente da cidade, aos quaes, como chegarão perto do mar, absolueo o Vigayro, postos elles de giolhos, de todos os peccados por hũa Bulla, que para este effeito o Infante Dom Henrique ouuera de Roma, para os que morressem neste decobrimento. Neste acto ouue muytas lagrimas de hũa e de outra parte.”<sup>9</sup> Apenas isto. O Velho do Restelo é um fingimento do Poeta, uma personagem, embora com honra e autoridade – e por isso a prefiguração é a de um velho que vai proferindo (“recontando”) “algũas palavras”.

Manuel de Faria e Sousa, na sua edição madrileña de 1639 – como já escrevi, “a mais importante contribuição da Espanha para o estudo da poesia de *Os Lusíadas*”<sup>10</sup> –, com a erudição imensa de um português residente no país irmão e que tinha visitado a Itália, escreve que o épico introduz neste passo da epopeia – fazendo-o excelentemente, em seu entender, e aqui ninguém deixará de estar de acordo com ele – “un viejo maduro, y prudente, a hablar contra esta resolución, de tentar el descubrimiento de la India.”<sup>11</sup> E sustenta logo a seguir apoditicamente, com a sua habitual convicção: “Esto viejo representa aqui el Reyno de Portugal.”<sup>12</sup> Para suscitar uma adesão imediata do leitor, escreve ainda que, no Canto VII, estância 77, verso 4, o poeta chama a Luso “velho branco, aspeito venerando”, como se uma perífrase análoga, ou até idêntica (“velho d’aspeito venerando”) pudesse, neste contexto, ser probatória. Logo a seguir, invoca o testemunho de João de Barros para confirmar a sua proposta: o historiador refere, com efeito, que no Reino corriam reparos e opiniões contrárias às aventuras indianas, o que não justifica, contudo, uma generalização. Faria e Sousa quer que tenha sido

---

<sup>8</sup> *Os Lusíadas*, IV, 94, 1.

<sup>9</sup> OS / LVSIADAS / DO GRAN / LVIS DE CAMOENS. / PRINCIPE DA POESIA HEROICA. / Commentados pelo Licenciado Manoel Correia, [...] [Brasão do Reino] [...], Lisboa, ed. Crasbeck, 1613, fl. 137v – 138r.

<sup>10</sup> *Os Lusíadas (1572-1972) – Catálogo da Exposição Bibliográfica, Iconográfica e Medalhística de Camões*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1972, p. 91, nº 144.

<sup>11</sup> LVSIADAS / DE / LVIS DE CAMOENS, / PRINCIPE DE LOS POETAS DE ESPAÑA. / [...] / COMENTADAS POR MANUEL DE FARIA, / i Sousa. [...], I e II tomos, Madrid, Juan Sanchez, 1639, columnas 420-423.

<sup>12</sup> *Idem*, *op. cit.*, col.ª 420-421.

todo o Reino. Portugal é um reino antigo, com uma história gloriosa mesmo antes da expansão marítima, e por isso pode ser prefigurado por um “velho d’aspeito venerando”. Entre o poder ser e o ser na realidade não há, para o categórico comentador de *Os Lusíadas*, qualquer diferença.

O escólio de Faria e Sousa não é uma glosa vazia de sentido. Vai prová-lo com uma citação feliz da carta de Sá de Miranda a António Pereira, Senhor do Basto: “Oid por vida vuestra um poco al buen Sá de Miranda, que era otro viejo como esto”<sup>13</sup> – e logo após transcreve vinte e seis versos mirandinos que podem constituir, de verdade, uma chave excelente para melhor compreender o admirável episódio do Velho do Restelo. Na interpretação da poesia de Sá de Miranda e de Camões, o escoliasta tem presentes especialmente os dizeres do primeiro; e, não obstante, insiste, em conclusão: “De todo esto se duele aqui esto viejo en profecia: y esto era lo que en aquella ocasión discurría el Reyno que el representa claramente, y del con singularidad el pueblo”<sup>14</sup>.

Ignacio Garcez Ferreira, por seu lado, na nota com que comenta brevemente o episódio na *Lusíada* com os argumentos de João Franco Barreto, Nápoles, 1731, observa<sup>15</sup>: “Faz este Velho a figura do Vulgo, que ignorando os segredos dos Gabinetes dos Principes, discorre nas resoluções delles, como lhe parece”. Ainda que tanto Sá de Miranda como Camões tivessem podido repetir – e fizeram-no – o verso latino “Odi profanum uulgu...”, a verdade é que, embora num contexto diverso e com outras acepções, tanto um como o outro entenderam o povo como significando o vulgo, e no próprio episódio camoniano podemos ler o verso “Nomes com quem se o povo néscio engana”<sup>16</sup>, falando de Fama e Glória.

Para Rebelo Gonçalves, “como o discurso do Velho representa um conjunto de muitas vozes, e como prolonga, segundo todas as aparências, a função reflexiva ou conselheira dos coros nas tragédias gregas e latinas – embora só aqui, atendendo aos vários coros que se compunham de velhos –, se pode achar o modelo dessa velhice em que a estância inicial figura a prudência”<sup>17</sup>. O reino, o povo, um conjunto de muitas vozes: Rebelo Gonçalves é o mais cauteloso dos comentadores, pois verifica e regista o que, em última análise, é a pura evidência. O Velho profere palavras que interpretam o sentir da multidão, presente à partida dos nautas e, portanto, na sua voz vibra um conjunto de muitas vozes. Ora, esta interpretação é adrede formulada, porque também o crítico se propõe, no seu discurso e com ele, defender uma tese.

Costa Pimpão limita-se a escrever: “desta estância (a 94ª do Canto IV) até final do canto é o episódio do Velho do Restelo, eloquente, filosófico e também político. Pela boca do Velho, Camões manifesta a sua predileção pela política africana”<sup>18</sup>. Embora,

---

<sup>13</sup> *Idem, op. cit.*, col.ª 420.

<sup>14</sup> *Idem, op. cit.*, col.ª 421.

<sup>15</sup> *LUSIADA / POEMA EPICO / DE LUIS DE CAMÕES / [...] /*, Nápoles: Officina Parriniana, 1731, p. 425, nota 343.

<sup>16</sup> *Os Lusíadas*, IV, 96, 8.

<sup>17</sup> Ver em *Dissertação Camoniana, ed. cit.*, sobretudo p. 106-107 no capítulo “O significado histórico do episódio” e as p. 129-130 de “A identidade geral da Fala com os coros trágicos antigos”.

<sup>18</sup> *Os Lusíadas de Luís de Camões*, leitura, prefácio e notas de Álvaro Júlio da Costa Pimpão, Apresentação de Aníbal Pinto de Castro, Lisboa, Ministério da Educação, 1989, p. 369.

quanto à exegese da voz reprovadora, o intérprete expresse uma velada cautela, não se define sem alguma ambiguidade. Se aqui o Poeta “manifesta a sua predilecção pela política africana”, identifica-se a voz do velho com a voz de Camões. Não teria sido mais rigoroso escrever: “Nas palavras que Camões põe na boca do Velho do Restelo, este manifesta a sua predilecção pela política africana”? Porque, com efeito, se Camões manifestasse aqui a sua predilecção pela política africana, criticaria implicitamente a descoberta da via marítima para a Índia. Ora, no seu poema, é exactamente a gesta desse descobrimento que o poeta exalta.

O Visconde de Juromenha, Storck e o próprio Teófilo Braga interpretam mais ou menos deste modo o episódio do Velho do Restelo, como já observou Rebelo Gonçalves: “É estranho que tal opinião – escreve o autor das *Dissertações Camonianas* – tenha feito tão longo curso. Os argumentos que o fundamentam caem à primeira análise, por isso mesmo que atentam contra a finalidade da epopeia, contra uma obra que, em todo o sentido, visa enaltecê-la o descobrimento”<sup>19</sup>. Como interpretar, então, o episódio, naquilo que ele representa, entendido à luz de uma leitura global – como hoje se diz – de *Os Lusíadas*? Leitura global, isto é, interpretação do episódio numa compreensão coerente do seu significado épico, porque se trata, efectivamente, do episódio de uma epopeia.

4. A crítica germânica oitocentista, a partir das lições sobre poesia da autoria de Frederich Schlegel, proferidas na Universidade de Paris em 1804, e editadas anos mais tarde em Viena, sublinhou a importância fundamental de *Os Lusíadas* como *épos* moderno, a única poesia épica verdadeiramente moderna, e por isso a mais alta, porque voltada para a realidade histórica e para a realidade cósmica<sup>20</sup>. Benedetto Croce, como já tive oportunidade de sublinhar num dos meus estudos<sup>21</sup>, incompreendeu o poema de Camões e recusou o juízo crítico de Schlegel justamente porque, ignorando a língua portuguesa, só pôde tomar conhecimento de *Os Lusíadas* através de versões espanholas e italianas. Na raiz da sua formulação crítica, o juízo do investigador alemão é movido exactamente pelo estudo da natureza genética e temática do poema: os homens que o poeta exalta são heróis de carne e osso, homens verdadeiros e que, com as suas qualidades e defeitos, operam gestas extraordinárias na perspectiva da história de uma comunidade; não são simples fabricações míticas ou imaginárias como as celebradas pela epopeia antiga. Além disso, o poeta transfigurou pela sua inspiração a beleza e a harmonia da Natureza (ou as revoluções naturais que subvertem esta beleza e esta harmonia), numa fidelidade essencial à verdade cósmica, sem, por outro lado, deixar de ser poeta, isto é, no sentido original da palavra, criador autêntico, na transposição de um real cósmico para um real literário que recria o mundo através do canto épico.

Atendo-nos ao primeiro aspecto, está implícita nos fundamentos que levaram Schlegel a formular os seus juízos crítico-literários uma dupla pressuposição racional: a de que o objecto desse canto, em *Os Lusíadas*, abraça o homem concreto no seu

---

<sup>19</sup> GONÇALVES, Rebelo. *op. cit.*, p. 107.

<sup>20</sup> MARTINS, José V. de Pina. *El Humanismo en su Obra Poética*. In: ASENSIO, Eugenio; MARTINS, José V. de Pina. *Luís de Camões*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982. p. 4-6.

<sup>21</sup> MARTINS, José V. de Pina. *op. cit.*, p. 5-6, nota 5.

agir como ser universal e como cidadão integrado numa comunidade e num espaço políticos, isto é, uma *pólis* tanto universal como nacional. Sá de Miranda, na sua poesia, não poderia deixar de ser considerado um poeta anti-épico à luz de uma focagem crítica que levasse em conta apenas o segundo aspecto: o episódio do Velho do Restelo ostenta a especificidade desta característica anti-épica. Ela seria verificável, ainda, em passos relevantes dos Cantos VII e IX, quando o poeta sublinha que só aqueles que agem sem ambição e cobiça são dignos de ser imortalizados (VII, 84, 5-6), os que põem o bem comum acima dos próprios interesses, inimigos “da divina e humana lei” (84, 4) e, noutro passo (IX, 93, 3-4), ao estigmatizar o vício torpe e infame da tirania, que fere a essência da lei porque a transforma no des-serviço da comunidade por favorecer os poderosos (IX, 28, 7-8): “Leis em favor do Rei se estabelecem, / As em favor do povo só perecem”.

Somente com leis justas se alcança uma paz social duradoura, pois apenas desse modo os grandes não esmagarão os pequenos e estes se não revoltarão contra aqueles: “Ou dai na paz as leis iguais, constantes / Que aos grandes não dêem o dos pequenos”<sup>22</sup> (Canto IX, 94, 1-2). Camões, nos passos referidos do seu poema, denuncia as misérias de um presente mesquinho, “a apagada e vil tristeza” de que era testemunha<sup>23</sup>. Limita-se, aliás, a repetir Sá de Miranda que também, qual outro Velho do Restelo, preconizara uma filosofia moral e um comportamento cívico incompatíveis com aventuras e com um agir desprovido de bom senso. Um e outro estão voltados, nesta poesia, só na aparência anti-épica porque de facto dotada de um outro *épos*, o do homem universal – noção esta entendida no sentido da cidadania mais larga do mundo –, para o que poderíamos rotular de “humanismo cívico”, considerando o cidadão no duplo significado de membro de uma comunidade nacional que, antes de o ser, foi comunidade de todos os homens da Terra, portanto membros também de uma comunidade universal.

Nos passos referidos do poema, Camões visa o presente, exactamente como no episódio do Velho do Restelo, ou um futuro próximo que é ainda um presente mediato. O passado e o futuro são celebrados na poesia épica camoniana, mas o futuro é ainda, de facto, o passado, já que os heróis e os triunfos anunciados a Vasco da Gama, no rito da sua entronização (Cantos IX e X), só na poesia surgem como futuros: a acção ocorreu, com efeito, num passado ainda não muito longínquo, anterior, como é óbvio, aos eventos profetizados, os quais, deste modo, pertencem já a uma história realmente conclusa.

5. Quem é, então, o Velho do Restelo? Portugal? O Reino? O povo? Uma parte do país, do reino ou do povo? Ou consubstancia apenas um conjunto de pareceres discordantes, de vozes que se conexam e se uniformizam no protesto de uma única voz?

Manuel de Faria e Sousa – que não compreendeu, e por isso não amou, nem Sá de Miranda nem Diogo Bernardes nem, em meu entender, nenhum outro poeta com excepção do seu ídolo, porque concentrou todos os seus amores em “mi poeta”, o autor de *Os Lusíadas* –, podia ter descoberto que o Velho do Restelo é o “otro viejo”, aquele Francisco de Sá de Miranda que ao comentador parcial não couberam a lucidez nem

---

<sup>22</sup> *Os Lusíadas*, ed. cit. de Álvaro Júlio da Costa Pimpão, p. 246.

<sup>23</sup> *Os Lusíadas*, X, 145, 8.

a paciência para ler a sério. É possível que Camões tivesse representado na voz do Velho o testemunho dos que não estavam de acordo, mas esse testemunho só deveria poder interessá-lo se contribuísse para que o poema resultasse mais eficazmente o *monumentum aere perennius* na glorificação dos “heróis esclarecidos” (Canto IX, 95, 7-8). E assim foi realmente. A crítica não se tem apercebido até hoje de que, ao escrever este episódio como ao escrever toda a sua obra, Camões teve sempre a seu lado, com certeza na memória e – ainda que o não explicitasse – no seu coração, a poesia de Francisco de Sá de Miranda. Já o crítico Joaquim Ribeiro, no seu interessante florilégio de ensaios *Estética da Língua Portuguesa*, Rio – S. Paulo, 1964, procurou demonstrar, com um respigo copioso de passos mirandinos e camonianos, alguns evidentes e válidos, outros discutíveis, que a poesia de Camões não teria sido o que foi sem o magistério do Poeta da Tapada<sup>24</sup>, o que já Carolina Michaëlis de Vasconcelos havia sustentado no final do estudo introdutório da sua monumental edição das *Poesias de Sá de Miranda*, Halle, 1885<sup>25</sup>.

A *Carta a António Pereira, Senhor do Basto* não faz parte de um poema de elogio da vida campesina nem duma composição anti-épica em que seja posta em causa a grandeza de Portugal. É um texto a se, uno e completo, espontâneo porque autêntico, uma espécie de desabafo da amizade, composto por alguém que vê afastar-se um companheiro, o qual se retira da aldeia para a corte, essa “circe feiticeira”. Nessa carta, escrita talvez quando Camões não andava ainda pelos doze anos, podem ler-se versos conceituosos e – não apenas *topoi* – documentáveis mais tarde na poesia camoniana em geral e nas palavras do Velho do Restelo em especial.

Na biografia de Sá de Miranda, que figura no início da segunda edição das suas poesias, Lisboa, 1614 – biografia repleta de erros, como já foi assinalado por vários críticos –, o Poeta da Tapada é-nos apresentado como “homem grosso de corpo, de meã estatura, muito alvo de mãos e rosto, a barba muito povoada, e de seu natural crecida, os olhos verdes bem assombrados, mas com alguma demasia grandes, o nariz comprido e com cavalo, grave na pessoa e humano na conversação, engraçado nela com bom tom de fala, e menos parco em falar que em rir”<sup>26</sup>. Este retrato corresponde perfeitamente ao da gravura que nos transmitiu o seu rosto e o seu busto. Sá de Miranda podia ter sido “o velho d’aspeito venerando, / Que ficava na praia, entre a gente”, não só pela reconstituição dos caracteres somáticos do rosto, mas ainda porque preferiu, como opção existencial, ficar em Entre Douro e Minho, junto dos seus amigos camponeses.

Vejamos, agora, que ideias e que palavras atribui Camões ao Velho do Restelo.

O amor da fama e da glória do mando – hoje diríamos do poder – não é senão uma vaidade, isto é, uma ilusão, uma fátua, vã e errónea ilusão, que produz um gesto

---

<sup>24</sup> RIBEIRO, Joaquim. A influência de Sá de Miranda em Camões. *Estética da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro – S. Paulo, 1964. p. 437-443.

<sup>25</sup> *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, edição [...] por Carolina Michaëlis de Vasconcellos, Halle, Max Niemeyer, 1885, p. XXXVI: “Sem Miranda não tínhamos um Bernardes; sem Miranda não havia um Ferreira, um Caminha; sem Miranda não florescia um Camões.”

<sup>26</sup> AS / OBRAS / DO DOCTOR/ FRANCISCO DE SAA / De Miranda./ *Agora de nouo impressas com a Rela-ção de sua calidade, & vida./ Com todas as licenças necessarias./* Por Vicente Alvarez. Anno de 1614./ *Domingos Fernandez liureiro./* Tayxadas a 160. reis em papel. / 99<sup>r</sup> – 99<sup>v</sup>.

efémero e fraudulento. Se ainda ao menos fosse um simples engano sem consequências nefastas! Mas os seus efeitos cifram-se em perigos, mortes, tormentas e crueldades, uma teoria de males que as suas vítimas acabam por sofrer na sua carne e na sua alma. A viagem para a Índia saldar-se-á segundo o Velho por terríveis desastres para as gentes do reino de Portugal. Os que se apresentam a partir buscam a glória ou a riqueza, aspiram a ser ilustres ou a possuir minas de ouro, vão atrás da miragem de novos reinos, e o povo néscio acredita que da sua pobreza actual será promovido a grandezas apenas sonhadas. Tudo vão. As consequências poderão identificar-se com a tragédia no mar de uma existência aventureira ou no mar-oceano das tempestades revoltas. É o destino triste que herdamos do pecado original (a desobediência ao preceito divino), que foi punido com a expulsão de um reino paradisíaco que agora os homens se convencem enganosamente de reencontrar em miragens como as da Índia. Como, porém, afastar-se da idade guerreira de ferro, castigo da infidelidade, à idade de ouro da quieta e simples inocência? O estado de degradação que afecta o homem e a condição humana na sua opacidade espiritual leva a que tenhamos por esforço e valentia a bruta crueldade e feridade das guerras, a que seja prezado o desprezo da vida que o seu próprio Dador tanto temeu perder. É para combater os inimigos de Cristo que se empreende uma tal viagem, tão longa e perigosa? Por que motivo, então, se não toma a iniciativa de ir combatê-los no norte de África – tão perto! – onde há riquezas e terras sem fim e tantos ismaelitas? Ora, através de viagens tão longas, de desafios tão perigosos a ameaças desconhecidas, vai-se despovoando o reino antigo, vão morrendo, em naufrágios e combates desiguais, tantos pais e tantos filhos para que se tenha a ilusão falaz de um poder que só ganha consistência nas palavras, porque as riquezas se desfazem mais depressa do que o fumo e a exaltação da Fama não é mais do que fumo. É logo depois que o poeta amaldiçoa, repetindo um verso clássico, aquele que pela primeira vez “nas ondas velas pôs um seco lenho”, maldição invocada também para o filho de Jápeto que do céu trouxe aquele fogo que o mundo acendeu em armas, isto é, que suscitou as guerras, terminando por apresentar os tristes exemplos de Ícaro e de Faetonte.

A carta mirandina a António Pereira Marramaque pode resumir-se assim, numa paráfrase encurtada:

- Já no norte de Portugal corre a moeda indiana que os retornados a Cabeceiras do Basto trocam e ostentam. Quanto dinheiro e quantas despesas de cercas e de construções desnecessárias, quanto gasto inútil e quanta gente a trilhar um caminho que só pode levar a mau fim! Olhando para a casa antiga e para a Torre, símbolo da tradição vetusta, de uma vida sã e equilibrada, o poeta olha igualmente para o céu, pois só Deus pode valer perante um inimigo tão perigoso e sub - dolo. Não, não era a guerra de Castela que ele receava, pois daí não se enxergam ameaças. Era da própria capital do Reino, é de Lisboa, para onde partem os que desejam riquezas e glórias na Índia, que ele se temia, pois o cheiro da canela, suscitando miragens, alimentando esperanças de riqueza, “o Reino nos despovoava”. Já se não falava senão das grandezas orientais, de Cambaia e Narsinga das torres de ouro. Quão diferentes dos de hoje eram os tempos de antanho, em que leitões, mesas e lumes cheiravam apenas às ervas campestres, a estevas e a rosmaninho, enquanto, depois da Índia, os perfumes raros embriagavam e excitavam. Foi a austeridade que levou os Lusitanos de Viriato a vencer os fortíssimos Romanos. Da Índia entrou no porto de Lisboa a peçonha envenenadora das drogas do Oriente

e não há remédio que valha: pelos becos da capital “Uns dormentes, outros mortos, / Alguém polas ruas sonha”. Foi a pobreza que, no começo, levou os Portugueses a vencer ventos e mares. Mas é a riqueza agora o maior perigo, pois, de livres, pode reduzi-los ao estado de escravos: “Medo hei de novo à riqueza / Que nos venha a cativar”<sup>27</sup>. É verdade que entre serras e penedos, se é às vezes tomado do “enfadamento aldeão”. Ele bem sabe que “este mundo é armado em briga”. Não obstante, entre Cabeceiras do Basto e Lisboa há a sua diferença. Na aldeia, António Pereira era “o das sentenças”; em Lisboa, “outrem as dá”<sup>28</sup>. Através dos mares tempestuosos chegaram-nos do Oriente especiarias que tornam mais apetitosos os manjares. Mas as lautas ceias são ocasião de tudo se perder: dinheiro, fazendas, a saúde, a própria vida. Cheiros e cores por preços altíssimos aliciam e enlouquecem: “Os bons convites antigos / [...] Erão pera conversar / [...] Que não pera arrebentar”<sup>29</sup>. Prolongavam-se pela noite fora as ceias cortesãs. Falavam-se línguas exóticas, comiam-se misturas requintadas mas sem proveito e “novas potages” desconhecidas. Porque serviam para viver juntamente chamavam-se convites. E comer deve servir para matar a fome<sup>30</sup>.

Como não evocar a fonte da Barroca em Julho e Agosto, as refeições tão naturais com perdizes do campo, trutas da ribeira e a cachaça das vinhas ao lado? A fruta era colhida directamente das árvores nos pomares odoríferos<sup>31</sup>. As ceias eram paradisíacas, e aqui Sá de Miranda volta a inspirar-se em Horácio. Não havia má-língua, embora houvesse boa disposição. Liam-se poemas de Ariosto, diálogos de Bembo – os *Asolani* –, poesias bucólicas da *Arcádia* de Sannazzaro: “Líamos polo alto Lasso / E seu amigo Boscão”, sem falar dos poetas portugueses<sup>32</sup>. Tudo isso estava para desaparecer, o que tanto lhe pesava. E em Lisboa? Tratavam-se os livros divinos com desacatamento, quando só de joelhos deveriam ser lidos<sup>33</sup>, e tudo isso resultava das aventuras da Índia. Como haviam mudado os Portugueses! Quando eram lavradores, viviam do suor do seu trabalho e alimentavam os outros. A madre antiga é generosa e paga a quem a serve mais do que deve. Os nossos maiores, regidos da natureza, eram felizes realizando-se plenamente com equilíbrio do corpo e do espírito numa vida saudável. Era essa a verdadeira idade de ouro, mas logo se lhe seguiu a argentea: “Não tardou nada a de ferro / Que tudo pôs à espada”<sup>34</sup> com guerras e ódios. Esta última era a que se estava então vivendo. Lisboa transformara-se numa cidade macrocéfala, pois não era só ponto de partida para os que se aprestavam a viver uma vida de aventuras, mas ponto de chegada para os que regressavam desiludidos e vencidos. As dores de

---

<sup>27</sup> *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, edição de Carolina Michaëlis de Vasconcellos, Halle: 1885, p. 238, na “Carta a António Pereira” 4ª décima, versos 9-10.

<sup>28</sup> *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*. De 1885, por Carolina Michaëlis, p. 239, vs. 69-70.

<sup>29</sup> *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, p. 241, vs. 101-105.

<sup>30</sup> *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, p. 211, vs. 110: “Ali [nos convites antigos] se matava a fome”.

<sup>31</sup> *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, p. 141, vs. 128-132.

<sup>32</sup> *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, ed. cit., vs. p. 242, nota, visto que o passo, não figurando no Ms D, é colhido da edição de 1614, fl. 108 v, est. 30-31.

<sup>33</sup> *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, ed. cit., pp. 242-243, vs. 153-154.

<sup>34</sup> *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, ed. cit., p. 245, vs. 211-215.

todo um povo não podem concentrar-se numa capital. “Ao Reino cumpre em todo ele, / Ter a quem o seu mal doa, / Não passar tudo a Lisboa, / Que é muito o peso, e com ele, / Mete o barco n’água a proa”<sup>35</sup>. Haverá, não obstante, os que se deixarão sempre enganar e se sentirão atraídos pela vida excitada e dissipada da mítica cidade de Ulisses, esperando ter nela uma ponte simbólica para atravessar o Oceano em busca de miragens e de sonhos e de ilusões. Mas o próprio paço ficava às cegas enquanto se agitavam “Contínuos murmuradores / Polas praias de Enxobregas”<sup>36</sup>. No Tejo barcos à vela iam e vinham movidos pela “viração singela”. Os marinheiros que gostam de ser embarcações e de vadiar em aventuras pelo mundo, que têm pela vida um vil apreço, “Polas cordas dos navios / Volteam como bugios” e embora este espectáculo pudesse divertir, tinha um sentido de mau presságio para o futuro da Pátria. – Perda de vidas, decadência moral, esforços baldados, abandono da agricultura, abastardamento da estirpe, contágio de doenças tropicais, epidemias crescentes, carências, misérias, fomes intermitentes. O poeta termina o seu poema com uma evocação melancólica, síntese de tudo o que o coração lhe inspira – “Mas ao coração acudo” – confessando que a sua reflexão é apenas uma espécie de desabafo afectivo e uma forma de evitar a dor muda da saudade.

6. Resumi esquematicamente o mais característico da mensagem transmitida pelos dois escritos poéticos: primeiro o do Velho do Restelo, para que o essencial das ideias e das palavras seja retido com vista à comparação com o segundo, o da Carta mirandina a António Pereira Marramaque, apenas sintetizando aquilo que Camões em parte dele parece ter aproveitado. Há entre estes dois escritos uma similitude, desde o início, a qual não poderá deixar de ser assinalada: António Pereira parte de Cabeceiras do Basto para Lisboa, marcada pelos fumos da Índia; o Velho do Restelo lamenta a partida de Lisboa dos mareantes para uma partida certa, movidos pela glória e pela ambição.

O Poeta da Tapada evidencia os efeitos nefastos em Portugal e sobretudo em Lisboa da aventura indiana, enquanto Camões atribui ao Velho uma apóstrofe eloquente contra a empresa cujos efeitos preanuncia.

Sá de Miranda verifica uma situação lastimosa e denuncia as suas causas enquanto Camões a preanuncia situando o episódio cerca de 38 anos antes, pois o Poeta do Neiva escreve entre 1533 e 1536. Mas a filosofia é a mesma, já que o Velho do Restelo, no acto de profetizar desgraças e naufrágios, estava a prever o que já de há muito era evidente: compõe o seu poema cerca de três décadas depois da Carta a António Pereira. As coincidências surgem imediatamente através da leitura. Se as ideias são as mesmas, se o Velho do Restelo repete o Velho da Tapada – que em 1535 devia andar pelos 48 anos e já se encontrava no Minho desde pelo menos 1530 –, há também coincidências de versos quase inteiros e de alusões clássicas que, juntos, acabam por adquirir valor probatório:

---

<sup>35</sup> *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, p. 249, vs. 331-335.

<sup>36</sup> *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, ed. cit., p. 250, vs. 349-350: - “Rousinois asoviadores / Polas hortas d’Enxobregas”. A lição de A (ed. de Manuel de Lya), [Lisboa], 1595, é, portanto, diferente.

- 1<sup>0</sup>) Sá de Miranda é autor de uma *Lamentación* em versos de arte maior – um dos seus mais altos e belos poemas que Eugenio Asensio restituiu à sua integridade numa lição crítica exemplar – cujos primeiros versos “Al son de los vientos que van murmurando, / Al son daquesta agua tan clara y tan pura”, assinalam o início das queixas amarguradas de um pastor<sup>37</sup>. Todo o espírito da composição e especialmente a oitava que começa “Ay generación perversa y malvada!” serviram de modelo a Camões para a última estrofe do Canto I de *Os Lusíadas* (“No mar tanta tormenta e tanto dano”)<sup>38</sup>, integrada por epifonemas que definem um conceito filosófico de pessimismo antropológico.
- 2<sup>0</sup>) Sá de Miranda, num passo de outro poema, explicita que não quer ser regido pelo povo (pelo vulgo), pois só a razão lhe dita as suas leis<sup>39</sup>; Camões, no episódio do Velho do Restelo, reconhece que, com a miragem da Fama e da Glória, o povo néscio é assim enganado.
- 3<sup>0</sup>) Na Carta a Mem de Sá, o Poeta da Tapada evoca os mitos de Faetonte e de Ícaro dizendo do primeiro: “Aperfiou e caiu / Fáeton do carro do dia / Que ele por seu mal pediu”<sup>40</sup>. Camões termina o seu episódio do Velho apostrofador referindo-se exactamente a estes dois mitos, e escrevendo do primeiro: “Não cometera o moço miserando / O carro alto do pai”<sup>41</sup>.
- 4<sup>0</sup>) Sá de Miranda teme-se de Lisboa porque “ao cheiro desta canela / o Reino nos despovoa”<sup>42</sup>. Camões lamenta, no seu episódio do Velho do Restelo que, com as aventuras da Índia, “se despovoe o Reino antigo”<sup>43</sup>.
- 5<sup>0</sup>) Sá de Miranda escreve que a Idade de Ouro foi sem malícia nem erro, enquanto a de Ferro, sua contemporânea, tudo pôs à espada<sup>44</sup>. Camões evoca a Idade de Ouro degradada na de Ferro, em armas e guerras<sup>45</sup>.

---

<sup>37</sup> *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, ed. cit., p. 582, vs. 1-8. O texto, incompleto nesta edição de Carolina Michaëlis de Vasconcellos, foi completado e fixado criticamente por Eugenio Asensio num estudo admirável, intitulado “Texto integral y comentario del poema de Sá de Miranda *Al son de los vientos que van murmurando*”, Lisboa, 1971, inserto na *Revista da Faculdade de Letras* da mesma cidade, 3ª Série, nº 13.

<sup>38</sup> *Os Lusíadas*, I, 106.

<sup>39</sup> *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, p. 15, vs. 6-7: - “E porque eu também em afaste / Do povo que me não veja”. Na edição de 1614 ver fl. 93r.

<sup>40</sup> *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, p. 226, vs. 26-28.

<sup>41</sup> *Os Lusíadas*, IV, 104.

<sup>42</sup> *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, p. 231, vs. 13-15.

<sup>43</sup> *Os Lusíadas*, IV, 101, 3.

<sup>44</sup> *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, p. 245, vs. 211-215.

<sup>45</sup> *Os Lusíadas*, IV, 98, vs. 7-8.

6<sup>0</sup>) Sá de Miranda descreve a situação do homem como sendo a de uma inquietação espiritual perpétua, sem que lhe seja possível encontrar paz<sup>46</sup>; Camões observa que à humana geração, de condição mísera e estranha, nenhum feito alto ou nefando escapa, porque o seu estado de alma é uma inquietação perene<sup>47</sup>.

7<sup>0</sup>) “Onde há homens há cobiça”, verifica Sá de Miranda<sup>48</sup>. “Ó glória de mandar, ou vã cobiça”<sup>49</sup>, exclama o Velho em versos de Camões.

Em conclusão: Camões, escrevendo as dez estrofes do seu episódio do Velho do Restelo, moldou-as pela poesia do grande Sá. Se não ousou afirmar, porque sou avesso a afirmações categóricas, que o Velho do Restelo é o Poeta da Tapada, estou certo de que Camões criou a personagem do seu Velho a pensar na personalidade do seu Mestre, já que lhe atribui expressões que coincidem no espírito e na forma com as que pôs na boca do apostrofador de Belém.

Há, em *Os Lusíadas*, um *épos* universal: aquele que move o poeta a insurgir-se, com indignada paixão, contra as injustiças que testemunha, e situando os próprios sentimentos condicionados pelo amor, que prima no agir. Salvo desrespeito da lei, como se Camões tivesse presentes estes versos lapidares de Sá de Miranda justiça e razão<sup>50</sup>. Leis justas<sup>51</sup> – diz Camões. Não as leis injustas, como as que aplicam tiranetes de Entre Douro e Minho, verificara, protestando, Sá de Miranda<sup>52</sup> que era jurista e até se julga que haja ensinado Direito no Estudos Gerais de Alfama, como refere a sua biografia inserta na edição de 1614.

Sá de Miranda é o vate de um *épos* cívico: defendendo os humildes e insurgindo-se contra tantas injustiças, apercebia-se profeticamente, com uma singular lucidez, no mais fundo da sua fé nos destinos da Pátria, de que o país era pequeno demais para uma gesta tão grande que abraçava o mundo inteiro. Camões, o vate de um *épos* nacional, encontrava-se com o seu Mestre quando, criando o episódio do Velho do Restelo para mais valorizar, através de um contraponto dialéctico, a universalidade dos feitos portugueses, acabava por também ele repetir as suas palavras num passo

---

<sup>46</sup> Em muitas composições mirandinas se documenta o estado permanente da alma inquieta. No pródromo da *Carta* a seu irmão Mem de Sá, o Poeta pinta com realismo a insatisfação do homem na sua condição. Ver, por exemplo, a Quintilha 9 no fl. 112 da edição de 1614 (*Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, ed. cit., p. 226, vs. 41-45): Enquanto um busca os seus danos, o outro jaz abatido por toda a sorte de enganços, vem a morte e impõe ao homem o que lhe apraz.

<sup>47</sup> *Os Lusíadas*, IV, 96, 1-8.

<sup>48</sup> *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, ed. cit., p. 188, v. 6 da est. nº 2 da Carta 1, *A El-Rei nosso Senhor*, pp. 187-204 da mesma edição.

<sup>49</sup> *Os Lusíadas*, IV, 95, 1.

<sup>50</sup> *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*, ed. cit., p. 168, v. 340.

<sup>51</sup> *Os Lusíadas*, IV, 102, 4: - “Se é justa a justa lei que sigo e tenho”. Ver ainda, no mesmo sentido mas ainda mais rigorosamente em função da justiça. IX, 28, referências aos mandantes que simulam “justiça e integridade”.

<sup>52</sup> Ver, na edição de 1614, fl. 159: - “Executores da lei, / Auey vergonha algum dia. / Este chama aqui del Rey, / Estoutro chama à valia, / O outro diz em Portugal. / De varas não há hi ningoa. / Desata a bolsa que val, / Traze sempre atada a língua”.

admirável como este, o qual só pode e deve, porém, ser interpretado e entendido no contexto global da epopeia, isto é, como parte integrante de *Os Lusíadas*.

Quem inspirou, portanto, Camões ao inventar o “Velho do Restelo”? Quem ditou ao Poeta de *Os Lusíadas* as palavras proferidas pelo ancião prudente acautelando os argonautas na previsão de desastres e naufrágios?

Perante uma rigorosa análise, comparativamente elaborada, não parece haver lugar para hesitações. Sem Francisco de Sá de Miranda não teria florescido Camões, como escreve Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Camões só foi o génio da poesia nacional e da Língua portuguesa porque recebeu e absorveu o magistério do Poeta Sá de Miranda.

O Poeta de *Os Lusíadas* delineou o perfil moral e profético do Velho do Restelo à imagem de Sá de Miranda. Talvez que uma única coincidência pudesse ser interpretada topicamente como tal, mas os numerosos exemplos intertextuais não deixam dúvidas. Em muitos passos da sua obra épica e lírica repete Camões palavras e conceitos mirandinos. No episódio do Canto IV dir-se-ia que Sá de Miranda desce de Entre Douro e Minho a Belém, para incarnar no paradigmático anti-herói que é o Velho do Restelo.